



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 10ª VARA FEDERAL CRIMINAL
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Ref. 1022880-56.2018.4.01.3400

Petição nº 74/2019 (PR-DF-00036640/2019)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio de seus Procuradores da República signatários, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, a fim de garantir a defesa dos réus acesso total a documentos que são de seu interesse (“*full disclosure*”), requerer a juntada ao processo em epígrafe do termo de acordo, dos anexos e dos depoimentos decorrentes de acordo de colaboração firmado com HENRIQUE CONSTANTINO, que tem relação com o objeto da presente ação.

Em razão do tamanho e das limitações do sistema PJE, documentos e arquivos de vídeo serão encaminhados em mídia a este juízo e, para este fim, confiro força de ofício a presente petição.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Anselmo Henrique Cordeiro Lopes
Procurador da República
(Coordenador da FT Greenfield)

Márcio Barra Lima
Procurador Regional da República
(Coordenador da FT Greenfield)

Anderson Vagner Gois dos Santos
Procurador da República

Andrey Borges de Mendonça
Procurador da República

Cláudio Drewes José de Siqueira
Procurador da República

Felipe Torres Vasconcelos
Procurador da República

Frederico Siqueira Ferreira
Procurador da República

Henrique de Sá Valadão Lopes
Procurador da República

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5510

1/2

MPF
Ministério Público Federal

Assinado com certificado digital por SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE, em 13/05/2019 10:11. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave D02F27FC.6C393109.C73197F6.B99334F4





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Karen Louise Jeanette Kahn
Procuradora da República

Michel François Drizul Havrenne
Procurador da República

Paulo Gomes Ferreira Filho
Procurador da República

Sara Moreira de Souza Leite
Procuradora da República

Assinado com certificado digital por SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE, em 13/05/2019 10:11. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave D02F27FC.6C393109.C73197F6.B99334F4

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5510

2/2

MPF
Ministério Público Federal



Assinado eletronicamente por: SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE - 13/05/2019 10:14:39
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051310143995000000052887557>
Número do documento: 19051310143995000000052887557

Num. 53375959 - Pág. 2



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seus membros abaixo assinados, e HENRIQUE CONSTANTINO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG sob o n. 1.022.856-SSP/DF e registrado no CPF sob o n. 443.609.911-34, residente à Praça Pereira Coutinho, n. 40, 4º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, doravante denominado COLABORADOR, devidamente assistido por seu advogado constituído ALEXANDRE WUNDERLICH, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RS sob o n. 36.846, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima n. 1713, sala 43, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, celebram ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA (doravante “Acordo”), que valerá nos seguintes termos:

I – BASE JURÍDICA

Cláusula 1ª – O presente acordo funda-se no artigo 129, inciso I, da Constituição da República, nos artigos 4º a 8º da Lei nº 12.850/2013, nos artigos 13 a 15 da Lei nº 9.807/99, no artigo 1º, §5º, da Lei nº 9.613/98, no artigo 26 da Convenção de Palermo e no artigo 37 da Convenção de Mérida.

II – INTERESSE PÚBLICO

Cláusula 2ª – O presente acordo atende ao interesse público na medida em que confere efetividade à persecução criminal de outros suspeitos, investigados e réus e amplia e aprofunda investigações de crimes contra a Administração Pública, contra a Fé Pública, contra a Administração da Justiça, contra o Sistema Eleitoral, contra a Ordem Tributária, contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem de dinheiro, tanto no contexto dos fatos apurados nas cognominadas Operações “Sépsis” e “Cui Bono”, bem como em outros fatos e investigações, podendo também auxiliar na apuração da repercussão desses ilícitos penais na esfera civil, tributária e disciplinar.

MPF
Ministério Público Federal

1

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

III – OBJETO DO ACORDO

Cláusula 3ª – O COLABORADOR compromete-se a colaborar na elucidação de todos fatos apurados em todas as investigações e processos apurados e/ou conduzidos pelo Ministério Público Federal e/ou pela Polícia Federal que tenham correlação com os fatos narrados nos anexos temáticos deste Acordo, em especial nos procedimentos em trâmite na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, bem como em quaisquer outros procedimentos criminais, perante qualquer foro, já instaurados ou que venham a ser instaurados, que envolvam fatos conexos, cujo objeto possa ser, no todo ou em parte, elucidado pela colaboração.

§ 1º. O âmbito de eficácia do presente Acordo poderá ser expandido em caso de adesão por parte de outros órgãos do Ministério Público e/ou de Polícia Judiciária.

§ 2º. Eventuais colaborações efetivas prestadas em outros âmbitos fora do presente Acordo também deverão ser levadas em consideração para fins de definição da sanção premial estabelecida na cláusula 4ª deste Acordo.

§ 3º. Estão abrangidos no Acordo todas as infrações e crimes que tenham sido praticados pelo COLABORADOR até a data de sua assinatura, desde que narrados no âmbito da presente colaboração, conforme os 10 (dez) anexos temáticos que a integram, bem como outros fatos que possam ser declinados em depoimentos, a serem tomados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura.

§ 4º. Nos casos mencionados nos §§ 2º e 3º desta cláusula, os documentos comprobatórios das contribuições adicionais do COLABORADOR serão juntados ao processo de acompanhamento da execução deste Acordo.

IV – AS PENAS (E A SANÇÃO PREMIAL)

Cláusula 4ª – Considerados a data dos fatos, os antecedentes do COLABORADOR, as suas circunstâncias pessoais, a gravidade e a repercussão social dos fatos por ele praticados, e a utilidade potencial e efetiva da colaboração por ele prestada, uma vez cumpridas integralmente as condições impostas neste acordo para o recebimento dos benefícios, e desde que efetivamente obti-

2

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

dos os resultados previstos em um ou mais dos incisos I, II, III e IV, do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013, o COLABORADOR terá direito a um ou mais dos benefícios estabelecidos no *caput* do art. 4º da mencionada lei federal, que será definido como sanção premial pelo Juiz Natural em sentença, em cada ação penal em andamento ou que venha a ser ajuizada, de modo proporcional com a eficácia e a relevância de sua colaboração e o grau de sua efetiva cooperação com a Justiça e os órgãos investigadores.

§ 1º. Considerando que o presente Acordo somente alcança os fatos mencionados nos anexos temáticos, e em razão da possibilidade de outros acordos e/ou condenações fora do âmbito desta colaboração, uma vez homologado o Acordo, o membro do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL vinculado a este Acordo considerará todas as condenações e/ou acordos firmados pelo COLABORADOR ao requerer, em alegações finais, a definição da pena concreta e da consequente sanção premial ajustada à efetividade da colaboração, a fim de que o COLABORADOR não seja submetido a pena global desproporcional à sua condição de COLABORADOR da Justiça e ao grau de sua efetiva cooperação com a Justiça e os órgãos investigadores.

§ 2º. Uma vez cumpridas as obrigações estabelecidas no presente Acordo, considerando a relevância e a eficácia concreta da colaboração prestada a partir deste acordo de colaboração, o membro do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL vinculado a este Acordo postulará, como sanção premial, que a pena imposta não seja de natureza prisional ou que seu cumprimento ocorra em regime domiciliar, permitindo-se ao COLABORADOR o regular exercício de suas atividades laborais e empresariais, levando-se em consideração a natureza de sua formação acadêmica e profissional.

§ 3º. Para os fins definidos nesta cláusula, caberá ao COLABORADOR informar ao membro do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL vinculado a este Acordo a existência de outras colaborações por ele prestadas, bem como a superveniência de condenações criminais que o COLABORADOR eventualmente venha a sofrer.

V – RESSARCIMENTO, MULTA OU PERDIMENTO

3

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Cláusula 5ª – O presente acordo não abrange eventual perdimento, multa ou ressarcimento dos danos derivados dos fatos narrados nos 10 (dez) anexos temáticos que o integram, que serão eventualmente fixados pelo Juízo competente em cada caso, se presentes os requisitos legais.

Cláusula 6ª – Especificamente com relação à ação penal n. 1022880-56.2-18.4.01.3400, em trâmite na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, derivada da Operação *Cui bono* e relativa às operações de crédito tomadas pelas empresas VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S/A e OESTE SUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A, fatos que estão narrados nos anexos temáticos I e II e que integram o presente acordo, o COLABORADOR, de forma espontânea e voluntária, obriga-se, desde já, com vistas à reparação do dano *ex delicto*, a promover o ressarcimento mínimo de danos materiais (econômicos) e imateriais (morais) à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) e ao FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FI-FGTS), bem como de danos sociais que possam ter defluído dos fatos relacionados às operações de créditos que beneficiaram as empresas citadas, em desfavor do FGTS, da CEF e da sociedade brasileira.

§ 1º. Considerando que a denúncia oferecida nos autos da referida ação penal (n. 1022880-56.2-18.4.01.3400) menciona o pagamento indevido de R\$ 7.077.700,00 (sete milhões setenta e sete mil e setecentos reais), o COLABORADOR obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, ao pagamento de 10 (dez) vezes este montante, a título de valor mínimo de reparação material (econômica), imaterial (moral) e social, totalizando a importância de R\$ 70.777.000,00 (setenta milhões setecentos e setenta e sete mil reais), sem prejuízo de realizar pagamento adicional caso haja condenação judicial em valor superior.

§ 2º. Do valor total de R\$ 70.777.000,00 (setenta milhões setecentos e setenta e sete mil reais), R\$ 21.233.100,00 (vinte e um milhões duzentos e trinta e três e cem reais) serão para reparação de danos materiais e R\$ 42.466.200,00 (quarenta e dois milhões quatrocentos e sessenta e seis mil e duzentos reais) serão para reparação de danos imateriais (morais), cujo montante, no valor de R\$ 63.699.300,00 (sessenta e três milhões seiscentos e noventa e nove mil e trezentos reais) será pago pelo COLABORADOR em 6 (seis) depósitos sucessivos de R\$ 10.616.550,00 (dez milhões,

4
SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

seiscentos e dezesseis mil e quinhentos e cinquenta reais) em conta judicial para posterior pagamento à CEF e ao FI-FGTS, vítimas dos crimes denunciados, respectivamente nos dias 30/05/2019, 30/11/2019, 30/05/2020, 30/11/2020, 30/05/2021 e 30/11/2021.

§ 3º. O valor de R\$ 7.077.700,00 (sete milhões setenta e sete mil e setecentos reais) será pago pelo COLABORADOR em único depósito em conta judicial, uma parte para a destinação prevista no art. 7º, *caput*, inciso I e parágrafo 1º, da Lei nº. 9.613/98, e outra para a execução de projeto social, nos anos de 2019 e 2020, de acordo com metodologia a ser construída em conjunto com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do presente Acordo, ou ainda por meio de projetos e doações definidos em audiência judicial no Juízo competente (10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal).

§ 4º. Caso não seja possível executar o projeto social mencionado, o valor restante ali previsto será destinado ao fundo previsto no art. 13 da Lei n. 7.347/85.

§ 5º. Os valores previstos neste Acordo serão corrigidos, a partir da homologação do Acordo, até a quitação final, por meio da taxa SELIC.

§ 6º. O pagamento do montante previsto nesta cláusula não isenta o COLABORADOR e as empresas VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A. e OESTE SUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. de realizar pagamento adicional caso haja constatação, pelo Tribunal de Contas da União ou pela Controladoria-Geral da União, de dano em valor superior ao acordado neste ato.

§ 7º. O Ministério Público Federal concorda com a liberação das garantias eventualmente prestadas em Juízo pelo COLABORADOR e obriga-se à adoção de todas as medidas necessárias, no Juízo Criminal, ao desbloqueio de eventuais valores e à abstenção de quaisquer atos voltados a novas constrições patrimoniais e financeiras contra o COLABORADOR – ou contra pessoas jurídicas a ele relacionadas – desde que envolvendo os mesmos fatos abrangidos pela presente cláusula.

§ 8º. A partir do cumprimento da presente cláusula (**cláusula 6ª**), com o pagamento do valor de reparação de danos materiais (§ 2º), bem como com outras formas de contribuição do

5

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685


MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

COLABORADOR na Operação *Cui Bono*, em investigações e ações penais conexas e, ainda, no bojo da ação penal n. 1022880-56.2-18.4.01.3400, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL postulará ao Juízo que seja levada em conta, em caso de eventual sentença condenatória, a circunstância judicial prevista no art. 65, III, *b*, do Código Penal e a aplicação do artigo 4º da Lei n. 12.850/2013.

VI – MEDIDAS DE SEGURANÇA EM FAVOR DO COLABORADOR

Cláusula 7ª – Caso o COLABORADOR, por si ou por seu procurador, solicite medidas para garantia da sua segurança ou da segurança da sua família, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e o juízo competente adotarão as providências necessárias para sua inclusão imediata no programa federal de proteção ao depoente especial, com as garantias previstas nos artigos 8 e 15 da Lei nº 9.807/99.

VII – PROIBIÇÃO DO *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM*

Cláusula 8ª – As partes somente poderão recorrer da sentença no que toca à fixação da pena, ao regime de seu cumprimento, às penas de multa e a ressarcimentos, limitadamente ao que extrapolar os parâmetros do presente Acordo. O COLABORADOR também poderá recorrer de imputações presentes ou futuras, deduzidas no âmbito dos feitos, ações penais, inquéritos ou procedimentos abrangidos no presente acordo, os quais excedam o escopo material da colaboração que esteja prestando ou venha a prestar e não sejam tangenciados pelo presente Acordo, pelos depoimentos por ele prestados ou por documentos ou outros meios de prova abrangidos pela colaboração. Em nenhuma hipótese o COLABORADOR poderá adotar conduta processual incompatível com a vontade de colaborar (*vedação ao venire contra factum proprium*).

VIII – OBRIGAÇÕES DO COLABORADOR

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Cláusula 9ª – Em razão do presente Acordo, e a fim de obter a sanção premial estabelecida no art. 4º, *caput*, da Lei nº 12.850/2013, o COLABORADOR obriga-se, sem malícia ou reservas mentais, a:

I – Esclarecer os fatos e temas que são objeto do presente acordo, fornecendo todas as informações e evidências que estejam ao seu alcance, bem como indicando provas potencialmente alcançáveis;

II – Falar a verdade incondicionalmente, em todas as investigações (inclusive nos inquéritos policiais e civis, ações civis, procedimentos administrativos disciplinares e tributários), além de ações penais em que doravante venha a ser chamado a depor na condição de testemunha ou interrogado, nos limites deste acordo;

III – Cooperar sempre que solicitado, mediante comparecimento pessoal a qualquer das sedes do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e da POLÍCIA FEDERAL ou das entidades que colaboram com as investigações, para analisar documentos e provas, reconhecer pessoas, prestar depoimentos e auxiliar peritos na análise pericial, arcando o COLABORADOR com os respectivos custos de locomoção, habitação e alimentação;

IV – Entregar todos os documentos, papéis, escritos, fotografias, banco de dados, arquivos eletrônicos, etc., de que disponha, estejam em seu poder ou sob a guarda de terceiros – salvo se, diante da eventual impossibilidade de obtenção direta de tais documentos ou provas, indicar ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e à POLÍCIA FEDERAL a pessoa que o guarda e o local onde poderá ser obtido, para a adoção das providências cabíveis – e que possam contribuir, a juízo do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e da POLÍCIA FEDERAL, para a elucidação dos crimes que são objeto da presente colaboração;

V – Declinar o nome e todas as informações de contato de quaisquer pessoas de seu relacionamento que tenham a guarda de elementos de informação ou prova que se mostrem, a critério do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e da POLÍCIA FEDERAL, relevantes ou úteis.

VI – Não impugnar, por qualquer meio, o presente Acordo, em qualquer dos inquéritos policiais ou ações penais nos quais esteja envolvido, no Brasil ou no exterior, salvo por fato su-

7

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

perveniente à homologação judicial e resultante de descumprimento do acordo ou da lei pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ou pelo Poder Judiciário;

VII – Colaborar amplamente com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a POLÍCIA FEDERAL e com outras autoridades públicas, inclusive com autoridades estrangeiras indicadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no que diga respeito aos fatos do presente acordo;

VIII – Afastar-se de quaisquer atividades criminosas;

IX – Comunicar imediatamente o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL caso seja contatado por qualquer coautor ou partícipe dos esquemas criminosos abrangidos pelo presente acordo ou por qualquer integrante das associações ou organizações criminosas, desde que tenha conhecimento dessa circunstância ou que ela seja notória.

IX – DEVER GENÉRICO DE FALAR A VERDADE

Cláusula 10 - O COLABORADOR possui o dever genérico de cooperar com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a POLÍCIA FEDERAL e com outras autoridades públicas por estes apontadas, para o esclarecimento de quaisquer fatos relacionados com o objeto deste acordo.

X – ANEXOS TEMÁTICOS DA COLABORAÇÃO

Cláusula 11 – O colaborador deve apresentar um anexo relatando todos os detalhes referentes à prática delitiva, bem como deverá indicar todas as provas que possui em seu poder e indicará diligências que possam ser empregadas para a sua apuração.

§ 1º. Caso não haja correspondência entre o depoimento prestado pelo COLABORADOR e os anexos ao presente termo de colaboração, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a POLÍCIA FEDERAL poderão deixar de submeter o acordo à homologação judicial.

§ 2º. No caso do parágrafo 1º, todas as vias dos depoimentos prestados, os documentos entregues e as gravações realizadas serão devolvidas aos advogados do COLABORADOR. O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a POLÍCIA FEDERAL, neste caso, emitirão certidão, infor-

8

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

mando que não ficou na posse de qualquer dos documentos ou depoimentos, bem como que não utilizará as informações prestadas para qualquer fim, sob pena de ilicitude.

XI – OBSERVÂNCIA DO SIGILO

Cláusula 12 – O sigilo estrito das declarações do COLABORADOR e demais provas por ele apresentadas será mantido enquanto necessário à efetividade das investigações em curso, inclusive quanto ao teor do próprio anexo, a juízo do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e do Poder Judiciário, nos termos do enunciado sumular vinculante de nº 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O sigilo em questão poderá ser levantado por ordem judicial da autoridade competente (10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal).

Parágrafo único. Em razão da segurança do COLABORADOR, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a preservar a imagem do COLABORADOR e a não divulgar suas informações pessoais, tais como números de CPF, RG, dados bancários e fiscais, endereços profissional e residencial, telefones, durante a investigação e o processo criminal, salvo se houver decisão judicial em contrário.

XII – A COLHEITA DOS DEPOIMENTOS

Cláusula 13 – Os depoimentos serão colhidos por membros do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e por DELEGADO(A) DA POLÍCIA FEDERAL oficiante dos inquéritos vinculados aos fatos, se houver.

Parágrafo único. Poderá ser realizado o registro audiovisual, resguardado o direito de receber, a cada depoimento, atestado de que prestou declarações em determinado dia e horário no interesse de determinada investigação.

XIII – VALIDADE DA PROVA





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Cláusula 14 – As provas obtidas mediante o presente acordo, inclusive as testemunhais, após a devida homologação, serão utilizadas validamente para a instrução de inquéritos policiais, procedimentos investigatórios criminais, inquéritos civis, ações penais, ações cíveis, ações de improbidade administrativa e outros procedimentos de investigação e apuração, podendo ser compartilhadas com a Receita Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), o Banco Central do Brasil, a Caixa Econômica Federal e entidades fechadas de previdência complementar que venham colaborando com as investigações, bem como com outros órgãos, inclusive de países e entidades estrangeiras, desde que a utilização das provas se limite a auxiliar os trabalhos de investigação do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e/ou do DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL, ou que haja a regular adesão ao presente Acordo por estes órgãos interessados, nesse último caso para a instrução de procedimentos e ações fiscais, cíveis, administrativas, inclusive disciplinares, de responsabilidade bem como qualquer outro procedimento público de apuração dos fatos, mesmo que rescindido este acordo.

§ 1º. Em relação à cooperação com autoridades estrangeiras, em caso de solicitação formal de compartilhamento de informações para o fim de investigação criminal pela autoridade competente de Estado estrangeiro, ou ainda em caso de transmissão (comunicação) espontânea de informações, nos termos do artigo 18, “4” e “5”, da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, e do artigo 46, “4” e “5”, da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, o Ministério Público que estiver com a custódia das provas produzidas neste acordo, ou dela derivadas, ao dar cumprimento ao ato de transferência das informações e provas, restringirá o seu uso apenas e exclusivamente em relação a investigações, procedimentos e processos criminais contra terceiros que não o COLABORADOR.

§ 2º. Sempre que possível, nos casos previstos no parágrafo anterior, a autoridade competente estrangeira prestará compromisso prévio perante o Ministério Público que estiver na custódia das provas produzidas neste Acordo de respeitar as restrições de uso das informações e provas.

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

XIV – RENÚNCIA AO EXERCÍCIO DA GARANTIA CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO E AO DIREITO AO SILÊNCIO

Cláusula 15 – Ao assinar o acordo de colaboração premiada, o COLABORADOR, na presença de seus advogados, ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, a eles renuncia, nos termos do art. 4º, § 14º, da Lei nº 12.850/2013, em especial no que tange aos depoimentos que vier a prestar no âmbito da presente colaboração, estando sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade sobre o que vier a lhe ser perguntado.

XV – IMPRESCINDIBILIDADE DA DEFESA TÉCNICA

Cláusula 16 – Este acordo de colaboração somente terá validade se aceito, integralmente, sem ressalvas, no momento da assinatura, pelo COLABORADOR, assistido por seu advogado devidamente constituído.

Parágrafo único. Nos termos do art. 4º, § 15º, da Lei 12.850/2013, em todos os atos de confirmação e execução da presente colaboração, o COLABORADOR deverá estar assistido por seu defensor.

XVI - HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO

Cláusula 17 – Para ter eficácia, o presente acordo de colaboração premiada será levado ao conhecimento do juízo competente (10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal), para sua homologação, juntamente com as declarações do COLABORADOR e de cópia das principais peças da investigação até então existentes, nos termos do art. 4ª, §7º, da Lei nº 12.850/2013.

Parágrafo único. Homologado o acordo perante o juízo competente, valerá em todo foro e instância, independentemente de ratificação.

XVII – RESCISÃO

11

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Cláusula 18 – O acordo perderá efeito, considerando-se rescindido, nas seguintes hipóteses:

I – Se o COLABORADOR descumprir, sem justificativa, qualquer das cláusulas, parágrafos, alíneas ou itens em relação aos quais se obrigou;

II – Se o COLABORADOR sonegar a verdade ou mentir em relação a fatos em apuração, em relação aos quais se obrigou a cooperar;

III – Se o COLABORADOR se recusar a prestar qualquer informação de que tenha conhecimento, em relação aos fatos a cujo respeito se obrigou a cooperar;

IV – Se o COLABORADOR recusar-se a entregar documento ou prova que tenha em seu poder ou sob a guarda de pessoa de suas relações ou sujeito a sua autoridade ou influência, salvo se, diante da eventual impossibilidade de obtenção direta de tais documentos ou provas, indicar ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e à POLÍCIA FEDERAL a pessoa que o guarda e o local onde poderá ser obtido, para a adoção das providências cabíveis;

V – Se ficar provado que, após a celebração do acordo, o COLABORADOR sonegou, adulterou, destruiu ou suprimiu provas que tinha em seu poder ou sob sua disponibilidade;

VI – Se o COLABORADOR vier a praticar qualquer outro crime doloso da mesma natureza dos fatos em apuração após a homologação judicial do presente acordo;

VII – Se o COLABORADOR fugir ou tentar furtar-se à ação da Justiça Criminal;

VIII – Se o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL não pleitear em favor do COLABORADOR os benefícios legais aqui acordados;

IX – Se o COLABORADOR, direta ou indiretamente, impugnar os termos deste acordo;

X – Se não forem assegurados ao COLABORADOR os direitos previstos no art. 5º da Lei 12.850/2013;

XI – Se o COLABORADOR contatar as pessoas atingidas pela colaboração ou qualquer partícipe dos fatos por ele narrados.

12

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

§ 1º. Em caso de rescisão do acordo por responsabilidade do COLABORADOR, ele perderá automaticamente direito aos benefícios que lhe forem concedidos em virtude da colaboração.

§ 2º. Se a rescisão for imputável ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ou ao Poder Judiciário, o COLABORADOR poderá, a seu critério, fazer cessar a cooperação, assegurada a manutenção dos benefícios já concedidos e das provas já produzidas.

§ 3º. Se a rescisão for imputável ao COLABORADOR, ele perderá todos os benefícios concedidos, permanecendo hígidas e válidas todas as provas produzidas, inclusive depoimentos que houver prestado e documentos que houver apresentado, além da necessidade de pagamento da reparação do dano acordada.

§ 4º. Independentemente da rescisão do presente acordo, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL poderá propor desde logo a respectiva ação penal em face do COLABORADOR por fato criminoso omitido, bem como por fato criminoso superveniente a este acordo, perante o juízo competente.

§ 5º. O COLABORADOR fica ciente de que, caso venha a imputar falsamente, sob pretexto da colaboração pactuada, a prática de infração penal a pessoa que sabe inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas, poderá ser responsabilizado pelo crime previsto no art. 19 da Lei 12.850/2013, cuja pena é de reclusão, de 1(um) a 4 (quatro) anos de prisão, e multa, além da rescisão deste acordo.

XVIII – DURAÇÃO

Cláusula 19 – O presente acordo valerá, caso não haja rescisão, até o trânsito em julgado da(s) sentença(s) condenatória(s) relacionadas com o fato que foi revelado em decorrência do presente acordo, inclusive em relação aos processos de terceiros que forem atingidos.

XIX – DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO

13
SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685

MPF
Ministério Público Federal

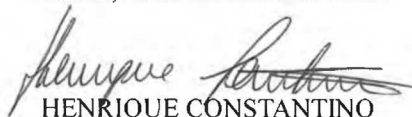




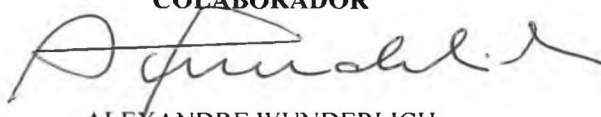
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Cláusula 20 – Nos termos do art. 6º, III, da Lei 12.850/2013, o COLABORADOR, assistido por seus defensores, declara a aceitação ao presente acordo de livre e espontânea vontade, e, por estarem concordes, firmam as partes o presente instrumento.

Brasília, 25 de fevereiro de 2019.

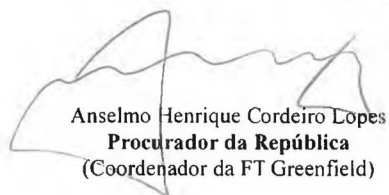

HENRIQUE CONSTANTINO

COLABORADOR



ALEXANDRE WUNDERLICH

OAB/RS n. 36.846


Anselmo Henrique Cordeiro Lopes
Procurador da República
(Coordenador da FT Greenfield)

Márcio Barra Lima
Procurador Regional da República
(Coordenador da FT Greenfield)

Anderson Vagner Gois dos Santos
Procurador da República

Andrey Borges de Mendonça
Procurador da República

Cláudio Drewes José de Siqueira
Procurador da República

Felipe Torres Vasconcelos
Procurador da República

Frederico Siqueira Ferreira
Procurador da República

Henrique de Sá Valadão Lopes
Procurador da República

Karen Louise Jeanette Kahn
Procuradora da República

Michel François Drizul Havrenne
Procurador da República

Paulo Gomes Ferreira Filho
Procurador da República


Sara Moreira de Souza Leite
Procuradora da República



**ANEXO I – BENEFÍCIO FINANCEIRO PAGO A LÚCIO FUNARO EM CONTRAPARTIDA À
OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO EM FAVOR DA VIA RONDON JUNTO AO FI-FGTS**

Em 2008, a VIA RONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS (sociedade da qual detenho participação e fui conselheiro) participou da licitação da ARTESP para o segundo lote de leilões de rodovias do Estado de São Paulo e sagrou-se vencedora do lote referente ao trecho oeste da Rodovia Marechal Rondon. Neste contrato de concessão, foi formada sociedade de propósito específico (SPE) VIA RONDON S.A. para a exploração do trecho pelo período de 30 anos, a contar a partir da assinatura do contrato, em 2009.

Para cumprimento das obrigações imediatas contratualmente estabelecidas, a companhia tomou empréstimo-ponte – praxe dos projetos financeiros de infraestrutura – junto ao BANCO DO BRASIL e BANCO VOTORANTIN até que o crédito de longo prazo, cuja análise é mais demorada, fosse aprovado.

Neste contexto, a companhia pleiteou, em 2010, financiamento de longo prazo junto ao FI-FGTS (CEF), no valor de R\$ 300 milhões. Recordo que o pedido inicial, com todos os detalhes técnicos e financeiros envolvendo a concessão da rodovia, foi feito em agência bancária da CEF, em Sorocaba, local da sede do GRUPO SPLICE, que detém os demais 50% das ações da VIA RONDON S.A.

As conversas evoluíram, até que me reuni com ROBERTO MADOGGIO, apontado como responsável pelo FI-FGTS, em São Paulo/SP, na filial da CEF localizada na Avenida Paulista. Na ocasião, esclareci alguns pontos e questioneei-o acerca do andamento da análise do projeto. Ao final da reunião, ROBERTO MADOGGIO concluiu que o projeto atendia às normas de enquadramento estabelecidas pelo regulamento do fundo e informou que o projeto estava tramitando regularmente junto à instituição, sem qualquer resposta conclusiva quanto ao pedido e à liberação dos valores.

Passado mais de ano sem que houvesse qualquer andamento no pedido de empréstimo, recebi, no final de 2011, um telefonema do empresário JOÃO JORGE CHAMLIAN solicitando um encontro. Eu e JOÃO JORGE tínhamos vários amigos em comum e eu sabia que ele era o dono da revendedora de veículos AUTOMIAMI. Fui à sua loja, localizada na Av. Europa, n. 850, em São Paulo/SP, e lá JOÃO JORGE disse que a solução para o financiamento que estava parado junto à CEF era que eu entrasse em contato com LUCIO FUNARO, isto sem eu nunca ter comentado este fato com ele anteriormente.

JOÃO JORGE não me solicitou nada em troca desta informação e não tenho



conhecimento se teve algum ganho com esta intermediação. O empresário, então, levou-me até a residência de LÚCIO FUNARO, localizada na Rua Fernandes de Abreu, no bairro do Itaim Bibi, em São Paulo/SP. Tenho conhecimento de que atualmente LÚCIO FUNARO reside em outra casa, na Rua Guatemala. Nesse encontro, LÚCIO FUNARO informou ter meios de fazer com que o financiamento “andasse”, alegando ter contatos com a cúpula da CEF, FÁBIO CLETO - pessoa responsável pela aprovação ou veto de qualquer financiamento no FI- FGTS – e disse que sem este apoio o projeto estaria vetado.

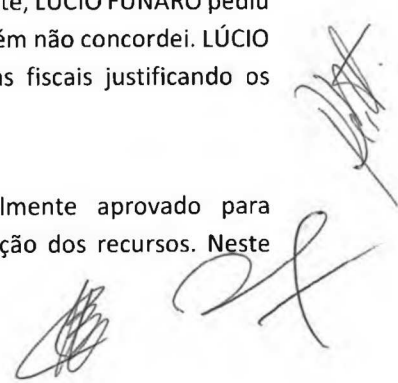
Em outra ocasião reuni-me com LÚCIO FUNARO, em seu escritório, localizado na Rua Jerônimo da Veiga, n. 45, cj. 84, 8º andar, em São Paulo/SP, quando este comprometeu-se a marcar uma reunião comigo e FÁBIO CLETO, então vice-presidente da CEF, em Brasília/DF. Em razão da influência de LÚCIO FUNARO, dirigi-me até Brasília e fui atendido por FÁBIO CLETO, em janeiro 2012, no Edifício Matriz I, 21º andar, da CEF, situada no SBS, Quadra 4, Lotes 3/4, oportunidade em que foram esclarecidos os detalhes técnicos que envolviam a concessão do financiamento pleiteado.

Recordo que, conforme evoluía o financiamento, LÚCIO FUNARO convocava reuniões e por isto estive diversas vezes em seu escritório. Lembro-me que numa destas ocasiões estavam, na sala de espera, empresários que também tinham contato com LÚCIO FUNARO, entre eles um representante do GRUPO BERTIN, MARCOS MOLINA (conhecido como MARQUINHOS) representante do GRUPO MARFRIG, NELSON MELLO da HYPERMARCAS e outro da JBS, do qual não recordo o nome.

Aproximadamente no final de fevereiro de 2012, FÁBIO CLETO convocou uma reunião, em Brasília, quando, além de me informar que o projeto estava avançando, apresentou-me a MARCOS VASCONCELOS, Vice-Presidente da VITER (Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros da CEF).

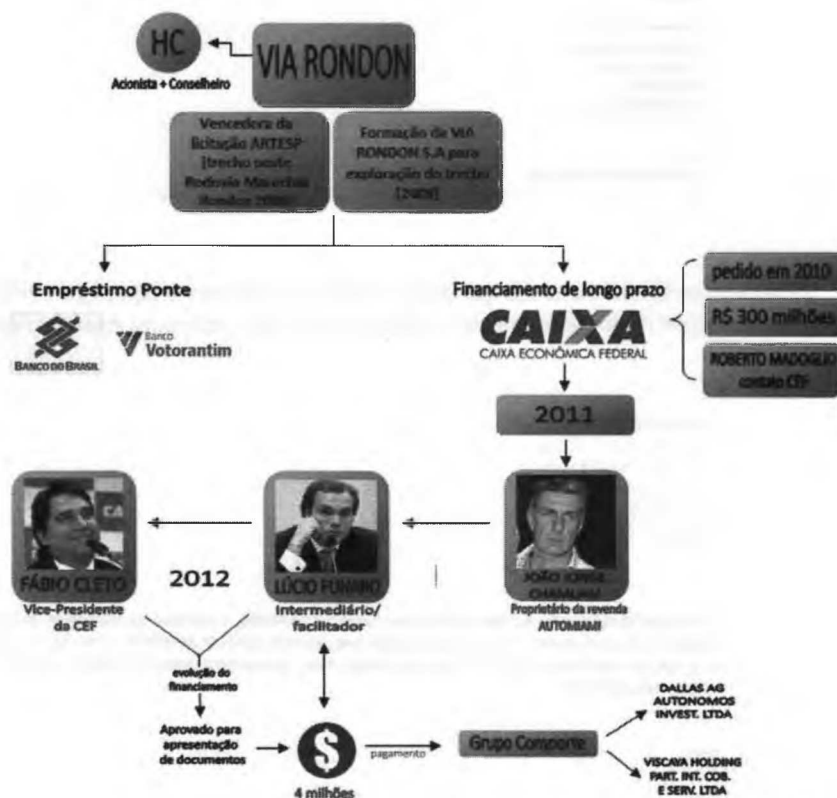
Mais ou menos na mesma época, LÚCIO FUNARO solicitou-me valores supostamente devidos em razão da sua intervenção na aprovação do financiamento. Num primeiro momento, FUNARO solicitou o pagamento de R\$ 8 milhões. Não concordei com o valor e, ao final, acordamos o pagamento de R\$ 4 milhões, vinculados ao êxito da operação, a ser pago de forma parcelada. Inicialmente, LÚCIO FUNARO pediu que o pagamento fosse realizado em espécie, com o que também não concordei. LÚCIO FUNARO, então, indicou empresas suas que emitiriam notas fiscais justificando os pagamentos.

Em meados de março de 2012, o projeto foi finalmente aprovado para apresentação dos documentos – etapa antecedente à liberação dos recursos. Neste



momento, LÚCIO FUNARO convocou uma reunião na qual questionou meu interesse em empréstimo-ponte com a CEF enquanto aguardava a liberação definitiva dos recursos do FI-FGTS. FUNARO disse que seria benéfica a tomada de um empréstimo tampão para "amarrar" a liberação definitiva dos recursos. Como a companhia já contava com empréstimos-ponte firmados junto ao BANCO DO BRASIL e ao BANCO VOTORANTIM, informei-lhe que só teria interesse se fossem oferecidas taxas de juros mais atraentes do que aquelas que já corriam junto ao BANCO DO BRASIL. Alguns dias depois, LÚCIO FUNARO ofereceu-me empréstimo-ponte a uma taxa de 4,4% a.a. mais CDI. Como o empréstimo junto ao BANCO DO BRASIL tinha taxa mais atrativa (3,5% a.a.) e com todos os custos já liquidados (IOF e taxas), não tive interesse e, portanto, não demos sequência ao assunto. Em junho de 2012, os recursos do FI-FGTS foram efetivamente liberados.

Os pagamentos a LÚCIO FUNARO tiveram início após a aprovação da operação, em março de 2012, através de empresas do GRUPO COMPORTE (entre elas: Viação Piracicabana, Princesa do Norte e Turb Transportes), em favor de empresas indicadas por LÚCIO FUNARO, a saber: DALLAS AG AUTONOMOS INVEST LTDA e VISCAYA HOLDING PARTICIPAÇÕES, INTERMEDIações, COBRANÇAS E SERVIÇOS S/S LTDA.



Assinaturas manuscritas:



Combinávamos os pagamentos pessoalmente e também por e-mails, em algumas oportunidades por meio das secretárias, conforme o elemento de corroboração abaixo, dentre outros que poderão ser apresentados:

----- Mensagem original -----
De: Henrique Constantino [mailto:hconstantino@henriqueweb.com.br]
Enviada em: sexta-feira, 16 de março de 2012 17:49
Para: Regina
Cc: funaro@sen.com.br; Elidia Ribeiro
Assunto: Re: CONTRATO

Ok, recebido. Hoje eu defino metade dos pagadores. Serão 300 mil para a Viação Piracicabana; 300 mil para Princesa do Norte e 150 mil para a Turb Transportes. Copio a minha secretária Elidia para te passar os dados cadastrais dessas 3 empresas; para assim eu programar o pagamento.

Abs,
Henrique.

Enviado via iPhone

Em 16/03/2012, às 17:18, "Regina" <regina@roysterserv.com.br> escreveu:

> Prezado Sr. Henrique,
>
> Boa tarde.
>
> Conforme vossa solicitação enviamos contrato da empresa Dallas, para
> sua
> aprovação do faturamento de R\$ 1.500.000,00, referente a colocação e assessoria prestadas ao Vosso Grupo.
>
> Estamos no aguardo dos dados para faturamento.
>
> Grata.
>
> *****
> Royster Serviços S/A
> Regina Carvalho
> Secretária
> 11-3078-1799
> *****
>
>
> <DALLAS CONT SOCIAL.pdf>

Era comum LUCIO FUNARO questionar sobre o andamento dos pagamentos indevidos. Algumas vezes por meio de nossas secretárias, por e-mail, como no exemplo abaixo:

-----Original Message-----
From: lbf@roysterserv.com.br
Date: Mon, 3 Dec 2012 15:23:31
To: <regina@roysterserv.com.br>
Reply-To: lbf@roysterserv.com.br
Subject: Ref

Regina,

no financeiro de hoje não veio o crédito da nota número 39 da Viscaya Holding, o sacado é a Expresso Maringa do Grupo Comporte. Primeiro cheque na Caf, se por engano a empresa não pagou por engano na conta da Caf, se não foi isso, passa um e-mail para a secretária do Henrique Constantino para ela verificar o que aconteceu com o departamento financeiro deles, anexa uma cópia da nota.

Grato,

Lucio.
Sent from my BlackBerry® wireless device



Handwritten signatures and initials at the top of the page.

Mensagem original
De: Regina [mailto:regina@revistaerv.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 3 de dezembro de 2012 14:02
Para: Comporte SP - SGS [Eldia Ribeiro]
Cc: 'Regina'
Assunto: ENC. Ref
Eldia,
Bom dia Regina,
Segue resposta do Financeira.
Eldia Ribeiro - SGS
Secretaria Executiva
(11) 3049-4611 (fone)
(11) 3049-4690 (fax)
eldia@comporte.com.br

Mensagem original
De: Comporte SP - SGS [Eldia Ribeiro] [mailto:eldia@comporte.com.br]
Enviada em: terça-feira, 4 de dezembro de 2012 10:04
Para: Comporte SP - SGS [Eldia Ribeiro]
Assunto: RES. Ref
Eldia, a Regina identificou que foi a Mariana do Vale que não fez o pagamento.
Faremos hoje, agora pela manhã.
Att.
Mariana Zélia Rodrigues de Souza França
Diretoria Financeira - Comporte Participações S/A Fone: 11-3049-4630 - Fax
: 11-3049-4670 Netel: (11) 7815-7714 - 6004-72 [mailto:eldia@comporte.com.br]

Mensagem original
De: Regina [mailto:regina@revistaerv.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 3 de dezembro de 2012 14:02
Para: Comporte SP - SGS [Eldia Ribeiro]
Cc: 'Regina'
Assunto: ENC. Ref
Eldia,
Bom tarde.
Todas as notas enviadas a você foram pagas, somente a nota fiscal NF 039
(anexa) não.
Você pode checar junto ao seu financeiro o que houve por favor?
Conforme email enviado no dia 23/11, solicitamos que os créditos fossem efetuados todos na conta do Bradesco (abakro).
BRADESCO (237)
AG.: 3391-0
C/C.: 191898-2
VISCAYA LTDA
CNPJ: 03.991.894/0001-17
Abrão. Regina



Glarus SP - SGS (Elidia Ribeiro)

De: Regina <regina@royster.serv.com.br>
Enviado em: terça-feira, 4 de dezembro de 2012 10:22
Para: Comportê SP - SGS (Elidia Ribeiro)
Cc: Regina
Assunto: RES: Ref

Elidia,

Bom dia.

Obrigada pelo retorno.

Abraço. Regina

Outras vezes, eu mesmo fui questionado por LUCIO FUNARO sobre os pagamentos, como pode ser comprovado pela troca de mensagens abaixo, na qual utilizamos termos como "passageiros", "reservas", "localizador", "bilhetes", "taxa de cambio" etc., como metáforas aos nomes das empresas que eram utilizadas à emissão de NF's e aos pagamentos efetivos, como acima narrado:



[Handwritten signatures]



ANEXO I

DOC.01 - Cartões de visita CEF: Alex Vincentini, Roberto Derziê, Fabio Cleto, Deusdina Pereira, Adriano Ribeiro, Jorge Elias Rocha, Sérgio Gomes

DOC.02 - Contato Roberto Derziê – agenda eletrônica

DOC.03 - Extrato ligações João Jorge Chamliam – 2011

DOC.04 - Contato Lucio Funaro – agenda eletrônica

DOC.05 - Extrato ligação Lucio Funaro – 2012 e 2013

DOC.06 - Cadeia de e-mails sobre pagamentos – 2012/2013

DOC.07 - Agendamento de reuniões com Lucio Funaro – 2013

DOC.08 - (i) Notas fiscais – Dallas/Comporte;

(ii) Notas fiscais – Splice

(iii) Notas fiscais – Jesus.com

(iv) Notas fiscais – Chalita

(v) Notas fiscais – Viscaya/Comporte – documentos

DOC.09 - Contrato e Distrato Viscaya/Comporte

DOC.10 - Mensagem Lucio Funaro sobre pagamentos

DOC.11 - Mensagens Lucio Funaro







MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Ref.: PA nº 1.16.000.002068/2018-45

TERMO DE COMPARECIMENTO E OITIVA

ANEXO I – BENEFÍCIO FINANCEIRO PAGO A LÚCIO FUNARO EM CONTRAPARTIDA À OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO EM FAVOR DA VIA RONDON JUNTO AO FI-FGTS

No dia vinte de cinco de fevereiro de 2019 (25/02/2019) às 14h43, na sede da Procuradoria da República no Distrito Federal, onde presente se achavam os Procuradores da República ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES e SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE, compareceu o Sr. HENRIQUE CONSTANTINO, RG 1.022.856-SSP/SP, CPF nº 443.609.911-34, acompanhado de seus advogados ALEXANDRE WUNDERLICH (OAB/RS 36846) e RENATA MACHADO SARAIVA (OAB/RS 76822), para ser ouvido no bojo do procedimento em epígrafe, relacionado ao acordo de colaboração premiada firmado na data de hoje pelo depoente. Informado e ciente de que seria ouvido na condição de colaborador, portanto abrindo mão de seu direito ao silêncio, bem como assumindo compromisso de somente dizer a verdade, na forma do art. 4º, § 14º, da Lei nº 12.850/2013, sobre o ANEXO I – BENEFÍCIO FINANCEIRO PAGO A LÚCIO FUNARO EM CONTRAPARTIDA À OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO EM FAVOR DA VIA RONDON JUNTO AO FI-FGTS **respondeu** QUE em 2008 era presidente do conselho da empresa COMPORTE PARTICIPAÇÕES; QUE a empresa VIA RONDON foi a sociedade de propósito específico constituída (SPE) após o grupo COMPORTE e o grupo SPLICE ganharem licitação para concessão da rodovia MARECHAL RONDON TRECHO OESTE; QUE a concessão fez um empréstimo-ponte junto ao VOTORANTIM e, depois, buscou recursos de longo prazo para as obras que seriam necessárias; QUE a opção de longo prazo encontrada foi a obtenção de recursos pelo FI-FGTS, por meio da aquisição de debêntures emitidas pela SPE; QUE considerou o prazo atrativo, pois era longo e se adequava à necessidade de obra de infraestrutura; QUE a proposta foi feita ao FI-FGTS em 2010, por meio da agência em Sorocaba; QUE chegou a conversar com ROBERTO

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5510

1/3

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

MADOGLIO sobre essa demanda, quando chegou na superintendência chefiada por ele; QUE em 2010, mesmo após o processo estar pronto, a tramitação parou, ficou sem qualquer retorno sobre sua demanda; QUE, no final de 2011, foi procurado por JOÃO JORGE CHAMLIAN, empresário em São Paulo dono da revendedora de veículos AUTOMIAMI, o qual falou que o depoente que conhecia alguém que poderia “destravar” seu processo; QUE foi contatado inicialmente por telefone e depois foi conversar com JOÃO JORGE na loja dele; QUE JOÃO JORGE então apresentou LUCIO FUNARO, na casa de FUNARO, na época residente em Itaim; QUE FUNARO informou que tinha contato com o vice-presidente da Caixa Econômica Federal, FÁBIO CLETO; QUE foi no escritório de FUNARO que este informou que poderia conseguir a aprovação da operação e que, para isso, seria cobrada vantagem indevida no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); QUE o depoente não aceitou pagar esse valor e disse que poderia pagar somente R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); QUE o pagamento seria por meio de emissão de notas fiscais a empresas que FUNARO indicaria; QUE emitiu notas fiscais a partir de empresas do GRUPO COMPORTE; QUE, em janeiro de 2012, FUNARO marcou reunião do depoente com FABIO CLETO, na CEF; QUE essa reunião foi técnica, porém, ficou claro ao depoente que havia um posicionamento diferente e que o processo continuaria o seu trâmite até a aprovação; QUE, na sala de espera no escritório de LUCIO FUNARO, em 2012, viu outros empresários, como representantes do grupo BERTIN (irmãos BERTIN, REINALDO e NATALINO), da empresa MARFRIG, MARCOS MOLINA, e da HYPERMARCAS, NELSON, e pessoas da JBS cujos nomes não se recorda; QUE, em Brasília, foi apresentado a MARCOS VASCONCELOS em reunião técnica sobre a operação da VIA RONDON; QUE discutiram sobre as garantias e como seriam compartilhadas com o BNDES; QUE recebeu a carta de aprovação da operação em março ou abril de 2012; QUE acertou com FUNARO o pagamento da propina após a aprovação da operação; QUE FUNARO chegou a oferecer um empréstimo-ponte; QUE não chegou a ser necessária essa operação; QUE, para pagamento da propina, emitiu notas fiscais frias para as empresas indicadas por FUNARO chamadas VISCAYA e DALLAS; QUE combinava pagamentos com LUCIO FUNARO as secretárias de cada um deles executavam os pagamentos; QUE combinava os pagamentos via mensagens eletrônicas (e-mails e via aplicativo de celular); QUE fazia os pagamentos em parcelas, mas não havia acerto de cronograma; QUE os pagamentos eram processados na COMPORTE (*holding*) e efetivados via empresas do grupo;

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5510

2/3

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

QUE em 2016 foi procurado por FUNARO para elaborar contrato que seria um “guarda-chuva” para justificar esses pagamentos.

As demais informações constam do depoimento em audiovisual. Nada mais havendo a relatar o depoente, encerra-se o presente termo, com a observação de que a oitiva também foi colhida por meio de registros audiovisuais, sendo o termo apenas auxiliar da gravação audiovisual, com a prevalência dos registros audiovisuais, em razão de seu caráter fidedigno.

Brasília, 25 de fevereiro de 2019.

HENRIQUE CONSTANTINO

Depoente/Colaborador

ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES

Procurador da República

ALEXANDRE WUNDERLICH

Advogado

SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE

Procuradora da República

RENATA MACHADO SARAIVA

Advogada





ANEXO II – NOVOS NEGÓCIOS COM LÚCIO FUNARO E BENEFÍCIO FINANCEIRO A GEDDEL VIEIRA LIMA

Diante do êxito na aproximação com LÚCIO FUNARO, com a efetiva obtenção de financiamento em favor da VIA RONDON junto ao FI-FGTS, entre março e junho de 2012, fui questionado por LÚCIO, numa reunião em seu escritório, sobre meu interesse em outros negócios junto à CEF, POSTALIS, e, ainda, em eventual apoio/ajuda em projetos legislativos. Com relação ao POSTALIS, LÚCIO FUNARO disse que já teria obtido êxito em outras operações, revelando ter grande influência junto ao PMDB, notadamente com EDUARDO CUNHA. Disse-lhe, então, que eu tinha interesse na obtenção de financiamentos junto à CEF, para as empresas OESTE SUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS e GOL LINHAS AÉREAS.

Com relação à GOL, meu interesse estava na aprovação de abertura de limites de crédito. Recordo que foram apresentados documentos para GIOVANNI DE CARVALHO ALVES, Superintendente Nacional de Médias e Grandes Empresas da CEF, em reunião ocorrida em Brasília, no Edifício Matriz da CEF, situado no SBS, Quadra 4, Lotes 3/4, 21º andar. O crédito, porém, não foi aprovado. Ato contínuo, LÚCIO FUNARO ofereceu ajuda, também em reunião em seu escritório, para que o POSTALIS adquirisse debênture a ser emitida pela GOL no valor de R\$ 100 milhões. Todavia, não houve andamento no assunto.

Em meados de 2012, LÚCIO FUNARO ajudou-me com relação à OESTE SUL, em reunião no seu escritório, na Rua Jerônimo da Veiga, n. 45, cj. 84, 8º andar, em São Paulo/SP, fornecendo o endereço eletrônico de GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA e orientando-me a encaminhar um e-mail, com cópia para GIOVANNI DE CARVALHO ALVES, solicitando a abertura de linha de crédito. Assim procedi e encaminhei aos dois um e-mail solicitando a liberação de R\$ 70 milhões em favor da empresa.

Em agosto de 2012, houve uma reunião no prédio da CEF, em Brasília, no 21º andar, na qual GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA garantiu-me estar analisando o pleito e comprometeu-se a empreender esforços para a aprovação da linha de crédito em favor da OESTE SUL.

O limite de crédito foi aprovado no valor de R\$ 50 milhões, sendo que deste montante foram tomados menos de R\$ 36,17 milhões, liquidados no prazo da operação previsto contratualmente (outubro de 2016). Em 17/09/2012 foi assinado o contrato e em 19/09/2012, feita a primeira liberação.

Posteriormente à obtenção desta linha de crédito, no final de 2012, em reunião



com LÚCIO FUNARO, este me referiu que cerca de R\$ 200 mil ou R\$ 250 mil dos valores que havia recebido, por empresas do GRUPO COMPORTE, teriam sido destinados a GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, em razão da sua atuação na aprovação da linha de crédito da OESTE SUL. LUCIO dizia que GEDDEL sempre “cobrava por tudo que aprovava”.



ANEXO II

DOC.01 - Contato Lucio Funaro – agenda eletrônica

DOC.02 - Extrato ligações Lucio Funaro – 2012 e 2013

DOC.03 - Contato Geddel – Agenda eletrônica

DOC.04 - Cartão de visita Giovanni Carvalho Alves

DOC.05 - (i) Notas fiscais – Campanha Chalita

(ii) Notas fiscais – Jesus.com

(iii) Notas fiscais Dallas/Comporte

(iv) Notas fiscais Splice

(v) Notas fiscais Viscaya/Comporte

DOC.06 - Contrato empréstimo Oeste Sul

DOC.07 - Emails empréstimo Oeste Sul

DOC.08 - Contrato e Distrato Comporte/Viscaya







MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Ref.: PA nº 1.16.000.002068/2018-45

TERMO DE COMPARECIMENTO E OITIVA

ANEXO II – NOVOS NEGÓCIOS COM LÚCIO FUNARO E BENEFÍCIO FINANCEIRO A GEDDEL VIEIRA LIMA

No dia vinte de cinco de fevereiro de 2019 (25/02/2019) às 15h50, na sede da Procuradoria da República no Distrito Federal, onde presente se achavam os Procuradores da República ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES e SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE, compareceu o Sr. HENRIQUE CONSTANTINO, RG 1.022.856-SSP/SP, CPF nº 443.609.911-34, acompanhado de seus advogados ALEXANDRE WUNDERLICH (OAB/RS 36846) e RENATA MACHADO SARAIVA (OAB/RS 76822), para ser ouvido no bojo do procedimento em epígrafe, relacionado ao acordo de colaboração premiada firmado na data de hoje pelo depoente. Informado e ciente de que seria ouvido na condição de colaborador, portanto abrindo mão de seu direito ao silêncio, bem como assumindo compromisso de somente dizer a verdade, na forma do art. 4º, § 14º, da Lei nº 12.850/2013, sobre o ANEXO II – NOVOS NEGÓCIOS COM LÚCIO FUNARO E BENEFÍCIO FINANCEIRO A GEDDEL VIEIRA LIMA **respondeu** QUE, em junho de 2012, LUCIO FUNARO o procurou, após a operação que realizou com o FI-FGTS (empresa VIA RONDON), e se reuniu com ele em seu escritório; QUE FUNARO expôs o poder de influência que tinha junto com seu grupo no âmbito do governo federal e instituições diversas, como o POSTALIS; QUE mencionou o então deputado federal EDUARDO CUNHA e HENRIQUE EDUARDO ALVES, líderes que, segundo FUNARO, poderiam auxiliar o depoente em outros negócios de seu interesse, em troca de vantagens indevidas; QUE, da mesma forma, mencionou MICHEL TEMER como membro desse grupo; QUE o depoente tentou abrir uma

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5510

1/3

MPF
Ministério Público Federal





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

linha de crédito na Caixa Econômica Federal para as empresas OESTE SUL e GOL; QUE GEDDEL VIEIRA LIMA foi indicado ao depoente como alguém que poderia auxiliar nisso; QUE acabou realizando operação somente em relação a OESTE SUL; QUE encaminhou e-mail solicitando R\$ 70 milhões de reais a GEDDEL e GIOVANNI ALVES, funcionário da CEF; QUE a operação foi efetivada em 50 milhões; QUE, após a aprovação da operação, FUNARO informou que seriam destinados 250 mil reais a GEDDEL em razão de sua atuação; QUE, sobre a reunião em junho de 2012 em Brasília com EDUARDO CUNHA e HENRIQUE ALVES, informou ainda que se reuniu com eles e o então Vice-Presidente MICHEL TEMER; QUE foi solicitado pelo grupo o valor de global 10 milhões em troca de atuação ilícita de membros do grupo em diversos negócios, como foi o caso da operação da VIA RONDON com o FI-FGTS; QUE efetuou pagamentos para a campanha de GABRIEL CHALITA em 2012 (pagamentos de despesas), conforme combinado com o grupo, além de efetuar pagamentos para empresas indicadas por FUNARO, como VISCAYA e DALLAS; QUE ficou claro para o depoente, nessa reunião, que a contribuição dos 10 milhões de reais era em troca de auxílio aos pleitos do depoente por esses membros do então partido PMDB; QUE essa percepção do depoente foi confirmada por um questionamento que EDUARDO CUNHA fez em uma ação penal na qual é réu, em que questiona MICHEL TEMER sobre essa reunião; QUE realizou almoço com a presença de seus familiares e de CHALITA, com seu assessor financeiro da campanha HUGO FERNANDES, LUCIO FUNARO e EDUARDO CUNHA; QUE, no almoço, estava claro para todos que o depoente estava contribuindo com recursos financeiros para a campanha de GABRIEL CHALITA; QUE, com certeza, HUGO FERNANDES sabia que o depoente não poderia doar recursos formalmente à campanha, por se tratar de concessionário de serviços públicos, uma vez que tratava diretamente com HUGO FERNANDES sobre os pagamentos de despesa de campanha por meio de emissão de notas fiscais frias; QUE não foi expressamente informado ao depoente sobre o conhecimento de CHALITA acerca da origem dos recursos que recebeu do depoente, mas não acredita que um candidato pudesse ignorar isso.

As demais informações constam do depoimento em audiovisual. Nada mais havendo a relatar o depoente, encerra-se o presente termo, com a observação de que a oitiva também foi colhida por meio de registros audiovisuais, sendo o termo apenas auxiliar da gravação audiovisual, com a

SGAS 604, Lote 23, Sala 107, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5510

2/3

MPF
Ministério Público Federal







MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

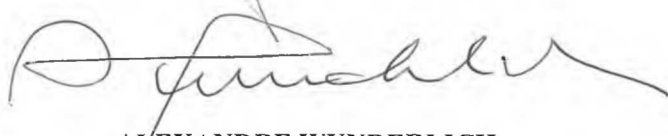
prevalência dos registros audiovisuais, em razão de seu caráter fidedigno.

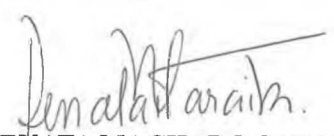
Brasília, 25 de fevereiro de 2019.


HENRIQUE CONSTANTINO
Depoente/Colaborador


ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES
Procurador da República


SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE
Procuradora da República


ALEXANDRE WUNDERLICH
Advogado


RENATA MACHADO SARAIVA
Advogada

